

gãos de Imprensa um artigo que saia dentro de uma semana, o que era um absurdo. Da mesma forma existiu a situação dos esgotos, com os bucos sendo tomados por eflúvios fétidos e mais uma vez a Prefeitura se mostrava lenta para corrigir tais mazelas. Falou do problema na sua onde reside o ex Vereador Walter Souza, tendo convidado o Secretário de Obras, propondo que o povo chamasse o TV Rago e mostrasse o descalabro com esgoto jogando a pé aberto, o que ocorreu realmente. Disse que o problema foi resolvido tendo o Senhor Secretário ido ao local e comunicado que ali estava o pedido do Vereador Orlando do Silva Ferreira, representante do Bairro. Aduziu o Vereador que não era representante do Bairro e que na condição de Vereador defendia os interesses da coletividade, no que encerrou sua fala não havendo mais oradores para o uso da Tribuna em Sessão Especial, o Senhor Presidente em exercício encerrou a presente Sessão em nome de Deus. E para constar, mandou que se lavrasse a presente Ata, que depois de lida, adotada e aprovada, será assinada para que produza seus efeitos legais.

Ata do décimo Sessão Ordinária do Segundo Período Legislativo da Câmara Municipal de Cabo Frio, realizada no dia (12) doze do mês de setembro do ano de (1995) mil novecentos e noventa e cinco.

No dezessete horas do dia (12) doze de setembro do ano de (1995) mil novecentos e noventa e cinco, sob a Presidência do Vereador Ayr Silva da Rocha e com a Súplica do Primeiro Secretário pelo Vereador Luiz Antônio de Melo Aboz, reuniu-se Ordinariamente a Câmara Municipal de Cabo Frio. Além disso, responderam a chamada regimental os seguintes Vereadores: Adalton Pinto de Andrade, Airo Bessa de Aquino, Alfredo Luiz do Rocha Barreto, Antônio Carlos Ferreira da Cunha, Antônio Carlos de Carvalho Andrade, Paulo Roberto da Silva dos Santos, Nivaldo Ferreira da Silva, Joaquim Schmidt, Manoel do Rocha Mendes, Adalton Roberto Ferreira de Souza, Orlando do Silva Ferreira, Silas do

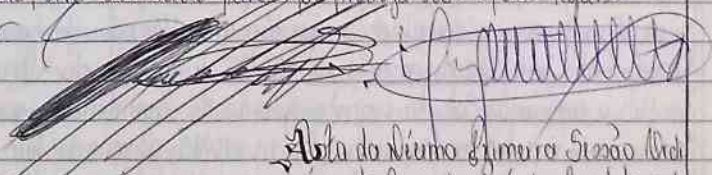
duques Benti e abaldir Baurício de Aguiar Seb. Havendo número regimental
o Senhor Presidente declarou aberta a presente Sessão em nome de Deus. E se-
que, lida e aprovado Ata da Mesa Sessão Ordinária do Segundo Período
legislativo. A seguir, o Senhor Presidente após o cumprimento do rito regimental
soliciou ao Senhor Primeiro Secretário a leitura do Expediente que consta do
requinte: Projeto de Resolução nº 001/95 de autoria do Vereador Carlos Roberto
Vaqueiro dos Santos, assunto: Dispõe sobre a regulamentação do uso da ótica
na hora Unidades Ovis e Associações, Projeto de Resolução nº 020/95 de au-
toria do Vereador Adailton Lino de Andrade, assunto: Confere Título de Cidadão
Cabotenzê ao Senhor Aldim Schwandt, Indicação nº 093/95 de autoria do Ve-
reador Adailton Lino de Andrade, assunto: Solicita ao Excmo Sr. Prefeito Mu-
nicipal o espalhamento da estrada que liga o Bairro Japua ao Bairro Verô, In-
dicação nº 094/95 de autoria do Vereador Eduardo Corria Melo, assunto: Soli-
cita ao Excmo Sr. Prefeito Municipal a concessão de isenção tributária, pelo pa-
go de três anos, às Indústrias não poluentes, que se constituírem no municí-
pio de Cabo Frio. Terminada a leitura do Expediente, o Senhor Presidente per-
guntou a Tribuna aos Oradores inscritos. Como único orador inscrito, ocupou a
Tribuna o Vereador Alfredo Luiz da Rocha Barreto, do PT, fazendo comentários
sobre o Projeto de Resolução, de autoria do Vereador Carlos Roberto Vaqueiro
dos Santos, regulamentando a Tribuna Livre, enfatizando a importância
de tal instrumento como forma de aproximar o Legislativo da Comunidade,
de forma expressiva. A seguir, disse que os Vereadores não podiam se furtar
e deixar de eliminar, os números atáxicos recebidos da Imprensa, de forma ge-
ral, no que se refere ao Documento do Legislativo. Com relação a possibilida-
de da Câmara devolver a Prefeitura cerca de quatrocentos mil reais, visto o
excesso de curso, argumentou que tais recursos eram fruto de um super orçamen-
to, como dinamarca à época, ou seja, aduziu, um orçamento generalista uti-
lizado pelo Executivo, permitindo a dança entre os números e, uma dificuldade
de cada vez maior para o controle. Visto ter ouvido com atenção, a sugestão de
outros Vereadores, de que o Documento Legislativo deveria ser encaminhado pela
Comissão de Finanças da Câmara, procurando enar condições para que maté-
ria tão importante fosse devidamente atendida. Adiante, referiu-se a matéria
dispondo sobre regulamentação do Conselho de Dirétores da Banca, hamilan-
do na Caixa e, sob análise da Comissão de Finanças e Arrecamento. Sobre o a

junto ao artigo do jornal do Brasil, escrito por Raul Henri, referindo-se a
 pronunciamento do Presidente da República, no dia 4 de setembro, e tendo o artigo
 o título "Direitos Humanos para quem está vivo". Disse que o articulista comentava
 sobre o discurso do Senhor Presidente, quando se referia aos mortos de Guarani, de
 Brondônia, mortos do Rio do Juruá, adolescentes e, ainda sobre comentários
 do Secretário de Estado de Segurança, que exaltando uma menina de dez anos
 morta no Juruá, afirmava que todos os demais assassinados eram ligados ao
 tráfico de drogas. Disse que no artigo, o jornalista até reconheceu que o Secretário
 não podia estar certo, mas, faltava reconhecer todos aqueles jovens que haviam sido
 alvos, quando crianças, da omissão do Poder Público, e assim, haviam se torna-
 do vítimas do tráfico. Disse que o artigo era motivo de reflexão sobre o descaso de
 autoridades sobre tal questão, e, em São João, enfatizou, o descaso estava nas
 mãos dos Policiais, também. Lembrou que o Renascimento do Prefeito sobre a questão
 da criança, ainda não havia sido modificado o que era lamentável. Disse que
 o descaso era o único responsável para que a história brasileira registrasse no
 presente inúmeras e inenunciáveis chacaras. Disse que cumpria a classe política,
 como dever, uma ação pela criança e pelo adolescente, e que mais do que nunca
 a questão era de princípios, de ética política. Disse que não se podia equivarde-
 mente, através da desinformação, se apoiar de dar respaldo a vontade popular
 amputando o Projeto elaborado pelo Conselho de Direitos Humanos, que trata
 trabalho de prevenção, visando então a repressão a criança e ao adolescente
 que ocorria atualmente no Município. Disse que deixara registrado o seu pro-
 posto sobre a posição do Prefeito em relação a política da criança e do ado-
 lescente, comunicou que iria convocar a sociedade civil para uma reunião em
 a Comissão de Finanças e Orçamento a respeito do Projeto de regulamentação
 dos Direitos da Criança e do Adolescente. Com relação a questão de terras no Muni-
 cípio, disse que telefonara inúmeras vezes para o INURB no Rio de Janeiro,
 afirmando pelo mesmo meio ao Superintendente, Sr. Altair, a difícil situação
 com relação a despejo de uma família em São João. Disse que se aborrecera com
 o Sr. Altair, visto a indiferença, o descaso para tal quadro, ou seja, confirmando
 que o Superintendente não brigava contra o "quilombo" porque recebia dinheiro em
 relação ao que se dizia em São João. Segundo contava o que davam dinheiro
 não eram apóstatas e pior, acionavam a justiça em São João para moverem
 ações de despejo em área federal. Por conseguinte, disse ter recebido um manifesto

19

de apoio da Bancada do PSDB, na Assembleia Legislativa do Estado, solidária a manutenção no cargo de Superintendente do IUCEA, no Estado do Dr. Altair o mesmo que concedera o uso do direito provisório ao Senhor Altair Correia em tempos novos. Disse que os deputados signatários do documento não tinham nenhum compromisso na luta pelo texto. Em aparte o Vereador Geto Souza votou ao Orador que declinou os signatários que apoiaram o Superintendente do IUCEA no Estado. Atendendo ao aparte o Vereador Alfredo Luz da Rocha Barreto citou os seguintes deputados Estaduais: Altair Correia, Nelder do PSDB, Barbosa Lemos, Francisco Viloso, Leandro Sampaio, Nando Nogueira, Roberto Dinamite, Sérgio Soares, Ivanir de Paiva, Henry Charles, Marcos Antônio Alencar, Wilson Gonçalves, Sérgio Gabriel Filho, Léo e Paulo Rella. Encerrou dizendo que o manifesto estava endereçado ao Secretário Geral da Presidência da República, Senhor Eduardo Jorge não havendo mais Oradores inscritos para o uso da tribuna, o Senhor Presidente conduziu os trabalhos para o Videtur do Dia, visto etapa para aprovação as seguintes matérias: Aprovações as Indicações nº 093/95 e 094/95. A seguir, o Senhor Presidente, disse que iria colocar em votação parecer da Comissão de Finanças, Orçamento e Alienação ao Projeto de Lei nº 026/95 - Remoção nº 010/95. Porém, o referido Projeto veio acompanhado das Emendas Aditivas nº 026/95, 027/95 de autoria da Comissão de Finanças, Orçamento e Alienação ao Projeto de Lei nº 026/95 - Remoção 010/95, que assim sendo a Presidência iria encaminhar as Emendas Aditivas nº 026/95, 027/95 para a Comissão de Constituição e Justiça. A seguir, o Senhor Presidente encaminhou também para a Comissão de Constituição e Justiça o Projeto de Resolução nº 020/95 e 007/95. Terminado o Videtur do Dia, o Senhor Presidente transferiu a tribuna para Explicação Pessoal. Deixou a tribuna em Explicação Pessoal, o Vereador Antônio Carlos Sáez da Cunha, relatando que no dia cinco de agosto houve aprovação Indicação ao Projeto Municipal solicitando medidas de segurança de trânsito, para as Escolas Municipais no 3º Distrito, visto os constantes acidentes provocados pelo trânsito intenso. Disse que lamentavelmente era obrigado a registrar o atropelamento e morte de um criança, com setenta anos de idade, no Estado Santa Libéria plantar, noticiada em sua proposição. Solicitou imediatas providências ao Executivo Municipal de forma a evitar novos tragédias, provocados por excesso de fiscalização de trânsito no Estado Santa Libéria plantar. A seguir,

ocupou a Tribuna o Vereador Sr. Antonio de Alho Lopes, falando de sua solicita-
 ção em receber na Câmara Municipal, alguns moradores de fardim Esperança,
 do Vila do Ar. Adiante disse que em junho passado o Senhor Lago, líder es-
 munitário havia apresentado vários projetos para melhorias no Bairro, e
 tendo transformado tais projetos em Indicações ao Prefeito, devidamente apro-
 vadas em Plenário, lamentava que até o presente data o Bairro Vila do Ar,
 não recibesse qualquer melhoria. Dirigiu apelo a Bancada do Prefeito, para
 que intervissem junto a Administração Municipal, precisamente ao Setor de
 Obras, visto serem flagrantas as carências, principalmente com relação ao
 abastecimento de água. Dirigiu-se também a Senhor Presidente, na medida
 em que sobravam quarententos mil reais na Câmara, para que pusesse um
 pavio na Vila do Ar, no fatori, no Canal Corio, em fardim Esperança e não
 apenas no asfalto da Estrada do São, que pusesse no São, mas que não es-
 quecesse os outros Bairros, no que aguarda e encerra sua fala. E saiu, ocu-
 pou a Tribuna o Vereador Sr. Rodrigues Binho, comunicando aos moradores
 da Vila do Ar, onde estava naquela dia procurando diversos rivas com o Senhor
 Diniz. Disse que naquilo data manteve contato com o Gerente da RDAE em Cabo
 São, e garantiu que seria feito um estudo a respeito da água em Vila
 do Ar, pois a Rede já existe, restando encontrar onde estava o problema que
 persistia desde 1987. Falando de seu interesse em resolver a curto prazo tal
 situação em Vila do Ar, encerra sua fala em Explicação Pessoal. Não havendo
 mais Oradores para o uso da Tribuna em Explicação Pessoal, o Senhor
 Presidente encerra a presente Sessão em nome de Deus. E para constar, man-
 dou que se lavrasse a presente Ata, que depois de lida, submetida a apreciação
 Plenária, aprovada, seja assinada para que produza seus efeitos legais.

per


Ata do N.º 110 Sessão Extraordinária do Segundo Período Legislativo da
 Câmara Municipal de Cabo São, reali-
 zada no dia (14) quatorze de setem-
 bro do ano de (1995) mil novecen-
 tos e noventa e cinco.